

PENSANDO A SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO: reflexões sobre o controle e a 'homologização' no meio digital

Leonardo Pinto de Almeida*

RESUMO

Analisa as relações entre a informação, o meio digital e o movimento de homologização de valores. O dilúvio informacional a que somos sujeitos atualmente provoca estratégias de controle e de ordenação na nossa sociedade. Observamos a equiparação da informação à dinâmica da economia através da homologização dos elementos informacionais. A conversão informacional iguala e transforma produtos de diferentes naturezas para melhor controlar as transações e as relações surgidas no meio digital. Por meio deste estudo, concluímos que este movimento faz parte da própria resposta ao dilúvio informacional que demanda ordenações estruturais e interpretativas.

Palavras-chave

SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO
CONVERSÃO INFORMACIONAL
ORDENAÇÃO
CONTROLE
UNIFORMIZAÇÃO DE VALORES

* Doutor em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (2007). Mestre em Psicologia pela Universidade Federal Fluminense (2002). Bacharel em Psicologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1999). Graduação em Formação de Psicólogo pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2001).
E-mail: tazaim@hotmail.com

I PENSANDO A SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO

Em *Shamans, Software, & Spleens, Law and the construction of the information society*, Boyle (1996) aborda a relação entre a economia, a informação e a sociedade contemporânea, nomeada por este autor, de *sociedade da informação*. Seguindo o fio desta reflexão sobre o contemporâneo, analisaremos a questão referente à informação em seu intrincamento com o ciberespaço e com o movimento de homologização dos valores.

Este movimento será entendido aqui como o processo intrínseco à informação que toma os elementos discursivos, apresentados no meio digital e na mídia em geral, por uma equivalência dos valores. Seria justamente uma uniformização dos valores seguindo os desejos de ordem e de coerência no meio. Esta ordenação ameniza de certa forma o impacto deixado pela proliferação da informação, direcionando assim nossa apreensão da mesma.

Examinaremos esta característica do tratamento da informação no meio digital e a dinâmica

dos filtros de informação, através da noção de interface, para pensarmos a relação tecida entre estas e o *dilúvio informacional* tão em voga hodiernamente.

Muitos teóricos que têm, na tecnologia da informação, seu principal foco de análise, tocam, em algum momento e cada um com suas particularidades teóricas, na questão da informação e sua relação com a nova mídia.

Lévy (1999), em *Cibercultura*, assinala a existência atual de *um dilúvio das informações* caracterizado pela proliferação destas por meio do avanço das tecnologias ligadas aos bancos de dados, hipertextos e redes. Há muitos dados a serem manipulados. Esta seria a essência do dilúvio.

No *dilúvio informacional* percebido na atualidade, observa-se o fato de que as informações brotam de todos os lados. No entanto, o mais interessante desse momento é sua semelhança com o processo intelectual ocorrido na Idade Média, no período da emergência das Universidades. O conhecimento e suas fontes proliferavam intensamente e

os estudiosos não conseguiam acompanhar os desenvolvimentos intelectuais de sua época. Passaram então a se escorar no argumento de autoridade, usando florilégios¹ em sua prática intelectual. Nesse período, surgiram mecanismos que tentavam dar conta dessa proliferação, direcionando a leitura e a interpretação. Hoje, o comércio e as *arquitecturas de controle* da rede fazem este papel. A prática comercial tenta colocar ordem ao caos proporcionado por esse dilúvio, tendendo a transformar cada vez mais a rede, sob a ação de mecanismos de consumo.

Em *The language of the new media*, Manovich (2000, p.217) sublinha a paridade entre a informação e a nova tecnologia. “Para melhor ou para pior, o acesso à informação tem se tornado uma atividade chave da era computacional”. Todavia, isto não quer dizer que não havia manipulação de informação antes da emergência da nova mídia, mas sim que foi através dela que o seu acesso pôde ser intensificado e melhorado.

Manovich (2000) afirma ainda que o elemento essencial do meio digital é o dado. Sendo que este é usado, manipulado, acessado, armazenado, por dois tipos de uso contidos na nova forma midiática: o *database* e o *navigable space*. O primeiro é uma forma de constituir uma coleção de dados a serem armazenados e manipulados com facilidade e rapidez; e o segundo, seria a *Internet* propriamente dita, onde a facilidade de acesso a dados é sua característica primordial. Por este motivo, os dados passaram a ser um importante fator na análise dos fenômenos ligados tanto à tecnologia computacional em geral quanto ao campo relativo ao uso da rede digital.

Boyle (1996, p.4) acrescenta à questão da informação o enfoque sobre a ligação intrínseca com a economia. Ele ressalta que não há exclusividade relacional entre informação e computadores.

Finalmente, nós devemos nos precaver da tendência a equiparar informação com computadores, *software*, e produtos eletrônicos. A informação não necessita

ser armazenada em uns e zeros, e aqueles que colecionam e manipulam informação não estão confinados ao mundo dos computadores.

Segundo o autor, o papel exercido pela informação é atualmente essencial no cerne da economia mundial. Por esta razão, ele nomeia de *sociedade da informação* a sociedade contemporânea. Este conceito é justificável, a partir do argumento de Boyle (1996), ao afirmar o caráter valorativo da informação e sua relação indissociável com a sociedade atual. Boyle (1996, p.7) assinala uma tendência, no modo de ser do tratamento das informações, a homologizá-las, tornando-as cada vez mais equivalentes.

Nós temos questões concernentes à tecnologia informacional, à informação genética, à privacidade, ao fluxo de dados e à propriedade intelectual. A justificação do tratamento conjunto destas questões é, precisamente, a homologização das formas de informação, sua liquidez, no sentido monetário de conversão fácil de uma forma na outra. [...] Assim, a idéia, originalmente, aplicada para uma sociedade de informação, parece se aplicar a outra, primeiro como uma metáfora e, depois, em sua realidade tecnológica. O mesmo problema surge em uma área, depois em outra e, crescentemente, suas soluções também são emprestadas.

Este processo de tornar equivalentes os valores que circulam em nossa sociedade é bem analisado por Deleuze (1992), em *Post-scriptum sobre as sociedades de controle*. Neste texto, ele analisa a emergência das sociedades de controles como decorrência de uma sofisticação dos mecanismos de ordenação, de disciplinarização e de controle. O autor mostra como atualmente, devido a uma mutação do capitalismo, estamos submetidos ao controle contínuo e à comunicação instantânea. Deleuze (1992) e Boyle (1996) concordam em suas análises sobre a sociedade contemporânea, ambos apontando o forte poder de homogeneização do capital e a grande importância das máquinas informáticas para a política subjetiva atual. Aqui, a homologização dos valores informacionais encontram sua paridade com a homogeneização do capital.

Como podemos pensar, a informação é estocada, trocada e manipulada pela ação de mecanismos que visam a sua padronização. O comércio na rede tenta capturar a informação, intensificando o

¹ Os florilégios são os comentários medievais que se caracterizam por uma compilação em extratos de textos a serem estudados pelos universitários. Estes extratos eram usados como moeda de troca, difundida na prática comum da disputa intelectual medieval, que consistia no uso de citações remetidas a uma tradição ou a um autor na batalha de quem detinha mais saber. Ou seja, esta disputa se baseava em argumentos de autoridade (o autor ou a tradição). O florilégio foi a estratégia medieval para lidar com a proliferação de saberes que circundava a academia. No período humanista, críticas à prática do florilégio levaram ao movimento da volta aos originais. Para um melhor aprofundamento destes problemas relativos aos florilégios, Cf. Hamesse (1998) e Almeida (2002).

seu valor monetário de troca. A *Internet* tem na troca de informações sua principal atividade desde seus primórdios. Porém é só no presente momento que a informação e seu valor monetário tornam-se justificavelmente um motivo de inquietação. O comércio tem se reapropriado da informação na rede. No entanto, isto não significa que a informação não tinha valor de troca anteriormente. Toda informação é uma unidade de valor e, historicamente, ela era trocada por seus usuários como em uma feira de escambo.

A modificação visada pelo comércio no meio digital se trata justamente de uma tentativa de um melhor ajustamento do valor da informação com o padrão monetário de transações, constituindo-se, deste modo, uma tentativa de universalização de valor².

Esta seria uma das justificativas para que o problema da propriedade intelectual seja uma indagação recorrente nos círculos críticos que analisam as questões relativas à rede. Boyle (1996, p.3) indica:

Não reconhecido por muitos estudiosos das relações internacionais, a 'santidade da propriedade intelectual' passou a ter um importante papel na política externa do mundo desenvolvido, similar ao papel desempenhado pela 'liberdade dos mares', ou pela 'imediata, adequada e efetiva compensação por expropriação' em tempos passados.

O comentário do autor cria uma imagem que assinala o peso pelo qual a dimensão jurídica da autoria se eleva atualmente. A economia e a informação se entrelaçam para constituir a *santidade da propriedade intelectual*. Será justamente ao se nutrir da figura autoral como fonte discursiva na rede e na mídia em geral que o comércio da sociedade contemporânea encontrará suporte para tornar viáveis suas transações³.

O caráter valorativo da informação concebe um movimento de homologização dos elementos

² Em *Problema da Autoria: internet, literatura e ontologia* (2002), analisamos o papel da autoria e sua relação com a universalização dos valores nas transações digitais. Pensamos a pasteurização da transgressão literária como um dos motivos do esquecimento ontológico relativo à dimensão criativa da literatura na sociedade contemporânea. Ao refletirmos sobre este problema, sublinhamos a paridade entre a pasteurização da transgressão, a homologização informacional e a homogeneização do capital e mostramos como os teóricos da nova mídia tomados por esta equivalência de valores usam o conceito de criação literária para igualar produções criativas muito diferentes da literatura propriamente dita, como Aarseth (1997) e Murray (1997).

³ Poderíamos afirmar que, dentre as cinco dimensões da autoria – a ontológica, a legal, a estética, a jurídica e referencial –, o comércio digital se valerá justamente do entrelaçamento destas duas últimas para possibilitar a sustentabilidade de suas transações através do poder de homogeneização dos elementos criativos dispersos na rede de computadores sob à égide do nome do autor. Cf. Almeida (2002).

da rede digital. A aliança entre comércio digital e o tratamento da informação tem modificado, segundo Lessig (1999), estruturalmente a rede, levando à criação e à proliferação de *arquiteturas de controle*.

Lessig sustenta que existe uma forte propensão à mudança na atual configuração observável na *Internet*, em se tratando de sua estrutura. Segundo ele, a arquitetura estrutural do meio digital está sendo modificada de uma ferramenta calcada na liberdade de expressão para um verdadeiro instrumento de controle, impulsionado pela grande demanda vinda do comércio.

Através desta estruturação da rede, o comércio demanda uma ordem no meio digital. Ordem para transações, segurança do usuário e confiabilidade de fonte são suas principais reivindicações para tornar sua empresa possível. Estas *arquiteturas de controle* são uma das vicissitudes da homogeneização dos valores informacionais na rede, já que o controle impõe a ordenação e a catalogação dos elementos digitais para amenizar a proliferação da diferença.

A partir destas idéias, como poderíamos caracterizar a informação para pensarmos seu tratamento com a emergência da tecnologia da informação?

2 INFORMAÇÃO E SUAS CARACTERÍSTICAS

Em seu texto intitulado *O Narrador*, Walter Benjamin (1986) distingue entre os conceitos de narrativa, romance e informação. Observando com atenção as questões valorizadas por ele em sua reflexão, podemos sublinhar uma característica primordial que atravessa tanto a narrativa quanto a informação: a utilidade.

Benjamin (1986, p.200) salienta que a narrativa tem como conteúdo, como objeto, o senso prático ou as lições morais para a vida. A narrativa tem uma utilidade e é ela que colore o relato, identificando mutuamente o narrador e o receptor com a mensagem. Assim,

o senso prático é uma das características de muitos narradores natos. [...] Tudo isso esclarece a natureza da verdadeira narrativa. Ela tem sempre em si, às vezes de forma latente, uma dimensão utilitária.

Já a informação tem sua utilidade marcada, não pelo ensino moral ou sugestivo, ligado a uma prática de vida, mas sim associado ao imediatismo de uma validação de acontecimento. A informação

estaria mais próxima de ser um instrumento usado pela *doxa* do que pela troca de experiências de vida. É este argumento que sustenta a afirmação feita por Benjamin (1986, p.203) de que “se a arte de narrar é hoje rara, a difusão da informação é decisivamente responsável por esse declínio”.

Com isso, podemos afirmar, em se tratando da relação entre narrativa e informação, que ambas são úteis, mas de maneiras sutilmente diferentes. A informação nos chega acabada, perpetuando uma verdade sob o verniz da explicação de um fato, enquanto que a narrativa não possui caráter acabado, se apresentando como um sistema aberto em relação à apropriação do conteúdo narrado. É como se a informação fosse útil ao se materializar como formas de explicações do mundo em nossa volta e, a narrativa, por sugerir condutas, direcionar possibilidades morais através de uma espécie de conselho.

Assim sendo, o caráter de acabamento está ligado à própria natureza da informação, enquanto a abertura está associada à narrativa. Ou seja, a informação seria uma unidade fechada de troca, enquanto a narrativa produz a unidade na troca. Diferença sutil, mas fundamental.

A informação possui uma *secura* constitutiva, ausente à narrativa, pois ela é usada como moeda de troca sem se valer de uma ligação íntima entre emissor e receptor da mensagem⁴. A informação se quer sempre nova para valer alguma coisa, enquanto a narrativa tem seu valor na repetição contínua de uma moral subjacente.

Podemos afirmar que o valor e a utilidade da informação são regidos por um sistema que visa a sua universalização mediante contrato. Este processo de tornar universal esta relação entre o valor e a utilidade de uma informação aponta para a uniformização e a instrumentalização dos elementos discursivos circundantes em nossa sociedade. Devido a isto, a questão da fonte é tão importante em uma sociedade atravessada pela tecnologia de informação. Ou seja, a fonte serviria como uma das medidas de valor para o contrato na rede e na sociedade da informação em geral. Esta análise aponta para a questão relativa à ordenação das informações, já que o dilúvio destas nos suscita preocupação.

3 DA ORDENAÇÃO DOS BITS À ORDENAÇÃO DO COMÉRCIO

Na verdade, a largura da banda ilimitada pode produzir o efeito negativo e paradoxal de inundar as pessoas com *bits* demais e permitir que máquinas na periferia se tornem burras sem necessidade. Uma largura de banda ilimitada por certo não é errado ou ruim de se ter, mas, assim como o sexo livre, não é necessariamente bom. Nós queremos de fato todos esses *bits*, precisamos deles? (NEGROPONTE, 2001, p. 34).

Ordem e excesso atravessam as preocupações em torno de toda história do encontro dos homens com o universo dos discursos. Com a enxurrada de *bits*, a preocupação não poderia ser diferente. O *bit* é a menor unidade da informação e a largura de banda equivale ao número de *bits* a serem transportados por um canal.

A citação acima coloca em pauta uma das preocupações mais contundentes, relativas às redes de computadores: o problema do excesso, do *dilúvio informacional*. Será que necessitamos de ordem para não sermos inundados pelas informações?

Chartier (2002) está certo ao assinalar que as questões concernentes à perda, ao excesso e à corrupção dos textos são problemas de grande relevância para o entendimento da atualidade. Ou ainda mais, para a compreensão da história do livro e suas práticas de ordenação de uma maneira mais global.

Vemos, através da história, práticas diferentes de tratamento dos textos, geradas por cada uma dessas preocupações. A primeira é a acumulação que, por causa do medo relativo à perda, fez proliferar bibliotecas para guardar e armazenar o conhecimento da humanidade; a segunda é a seleção e a hierarquização que constróem mecanismos capazes de evitar o caos potencial de uma inundação concernente à proliferação de textos; e a terceira e última é a proteção que inventa leis com o intuito de defender a propriedade intelectual e, conseqüentemente, o lucro dos editores, em reação às possibilidades de falsificação e de corrupção de textos. Sobre este assunto, Chartier (2002, p. 118-119) afirma:

A multiplicação da produção manuscrita, depois impressa, foi logo percebida como um terrível perigo. A proliferação pode tornar-se caos e a abundância, obstáculo

⁴ É justamente por causa deste fator que Deleuze e Guattari (1995) afirmam ser a característica principal da informação a circulação das palavras de ordem e, Blanchot (1969) indica que a informação é uma expressão da linguagem de poder.

ao conhecimento. Para dominá-las, são necessários instrumentos capazes de selecionar, classificar, hierarquizar.

Em relação à perda, ao excesso e à corrupção de textos, a estratégia das práticas de dominação se mostra efetiva. Dominar, acumular, controlar e evitar a proliferação incessante dos discursos são efeitos da demanda por ordem, pois estes movimentos objetivam enquadrar e evitar os possíveis males às atividades do conhecer. Assim sendo, as práticas de seleção, de classificação e de hierarquização são dispositivos de controle contra a proliferação discursiva.

Com isso, podemos pensar que esta tríade de problemas assinalada pelo historiador francês ainda apresenta grande importância atualmente. Todas as três questões se colocam de alguma maneira, no meio digital, seja no medo da perda das características da leitura em um códex, perda da experiencição relativa a este fato; seja no medo de se afogar e se perder completamente em um mar de informação; ou ainda, seja no dado de que o avanço da tecnologia de cópia e seu conseqüente barateamento causem uma proliferação das práticas de falsificações de textos.

Os três efeitos dessas *obsessões* não poderiam ficar de fora no ciberespaço. Em relação à perda, observa-se uma exaltação acerca da possibilidade do meio digital ser a efetivação do *sonho da biblioteca universal*, onde todos os textos da humanidade estariam acumulados e abertos para a consulta de qualquer pessoa. Chartier (1999) fala de uma *extra-vagante felicidade*, gerada pela expressão desta possibilidade tornar-se real, mas atenta também para a importância da responsabilidade e dos efeitos positivos e negativos que isto pode acarretar.

Em se tratando da corrupção de textos, observa-se a necessidade levantada pelo comércio de uma defesa mais eficaz dos direitos relativos à propriedade intelectual. O interessante disso tudo é que a proliferação de cópias no meio digital ajuda ainda mais a inundar o ciberespaço de informações.

Já a problemática referente ao excesso, à proliferação de textos no ciberespaço, aponta para a necessidade da emergência de práticas de seleção e classificação. A equiparação valorativa, proporcionada pelo processo de homologização informacional, teria nestas práticas exemplos de funções que a caracterizam. A homogeneização de elementos ameniza os efeitos do excesso, pois retira a singularidade destes elementos em nome de

uma melhor instrumentalização e universalização dos valores em voga. A seleção, a classificação, a instrumentalização e a universalização dos elementos digitais abrandam o impacto decorrido da proliferação, tornando mais fácil o controle de seus usos. Deste modo, a questão da ordenação é evocada ao pensarmos as conseqüências do *dilúvio informacional*.

Nestas três obsessões recorrentes em nossa história, podemos sublinhar que sua ocorrência no meio digital evidencia a tensão inerente entre a ordem e o excesso na trama dos discursos. Contra o excesso e a proliferação incessante de elementos informacionais heterogêneos, surgem dispositivos de controle contínuo que homogeneizam as informações para ordenar o espaço digital, seguindo uma política de enquadramento.

É curioso observarmos as respostas a estas três obsessões: contra a perda, se evidencia o acúmulo e a catalogação; contra a corrupção, se eleva a defesa da propriedade intelectual; e contra o excesso, insurgem mecanismos de hierarquização e de classificação. Podemos inferir deste fato que a homogeneização dos valores interliga todas estas respostas, pois mecanismos de ordenação e de uniformização do espaço se impõem contra o *dilúvio informacional*.

Negroponte (2001), Lévy (1999) e Santos (2002) sublinham a importância de pensarmos nas conseqüências atuais do excesso de informações, característico da rede de computadores. Santos (2002, p.36) salienta que, hoje, no ciberespaço, há uma necessidade crescente de ordenação da informação com o intuito de proporcionar o seu melhor manuseio por parte dos usuários da rede. Para o autor, "um dos grandes desafios atuais dos promotores da Internet tem sido apresentar soluções para convencer os usuários de que estes podem encontrar o que buscam em meio ao excesso de informação".

Em *Cultura da Interface*, Johnson (2001) analisa a questão da ordenação, sublinhando a relevância do conceito de interface para pensarmos os acontecimentos surgidos com a emergência da nova mídia. Ele aponta a necessidade de *filtros de informação* para darmos conta do aluvião informacional de que hoje somos vítimas. Seu pensamento evidencia um fator já apontado ao longo do presente percurso reflexivo: a história sempre quer ordem. Seja uma ordem imanente ou transcendente ao ato que ela quer dominar.

A interface, realçada por Johnson, tem o papel de mediador, sendo uma espécie de tradutor

das mensagens comumente feitas em uma linguagem que poucos são capazes de entender. Assim sendo, sua função é de tornar as mensagens inteligíveis. Johnson (2001, p.20-21) analisa este fenômeno da seguinte forma:

Nosso único acesso a esse universo paralelo de zeros e uns se dá através do conduto da interface do computador, o que significa que a região mais dinâmica e mais inovadora do mundo contemporâneo só se revela para nós através dos intermediários anônimos do design de interface.

A interface traduziria os zeros e uns (*bits*), constitutivos da informação, direcionando e ordenando a mensagem sob uma linguagem mais acessível. Poderíamos dizer que ela norteia e ordena este *universo paralelo* como um mapa de um lugar desconhecido, ajudando-nos a não nos perdermos no meio de tantos *bits*.

Com isto, Johnson (2001) sublinha a crescente proliferação de *filtros de informação* no meio digital. Seletividade e ordenação são os objetivos da utilização destes filtros. A interface é entendida aqui como uma metáfora ordenadora do espaço-informação. Estas *metaformas* – é assim que Johnson (2001, p.110) chama os modos de organização espacial da informação na teia de *bits* – dão coerência ao caos informacional.

A revolução da interface gráfica mudou tudo isso: agora compreendemos intuitivamente que as metáforas visuais – todos aqueles ícones cintilantes e padrões de desktop e menus suspensos – têm uma função cognitiva importante e cada vez mais indispensável. Ajudam-nos a imaginar nossa informação, a concebê-la toda numa visão abrangente, numa paisagem bem ordenada de dados que rolam por nossas telas.

As metáforas visuais surgiram com muita força, na era dos computadores, com o intuito de ordenar a informação, ou seja, com o objetivo de dar melhor visibilidade ao mundo obscuro dos *bits*. O *desktop* que metaforiza uma escrivaninha de escritório, as lixeiras onde jogamos aquilo que não mais necessitamos as janelas que são abertas ou fechadas pela vontade de seu usuário no acesso direto a uma determinada informação, o navegador da *Internet* que passeia pelo mar informacional, servindo para a procura de *sites*, são exemplos de *metaformas* que caracterizam o *design* de interface.

Eles servem de instrumento para o melhor uso da tecnologia computacional e de rede, ou mais ainda, eles são filtros usados na aquisição e na seletividade de informações.

Ao dissertar acerca do problema concernente à prática dos *links*, instrumento característico do hipertexto, Johnson (2001) assinala o seu caráter sintético, pois ele é um instrumento usado no meio digital que produz uma espécie de síntese (uma unidade) entre vários fragmentos antes desconectados. O *link*, como o nome mesmo evoca, vincula e une pontos diferentes. Johnson (2001, p.87) afirma que o *link* serve para ordenar o espaço caótico da informação.

A interface contemporânea é uma espécie de antídoto para essa energia que se multiplica, uma tentativa de subjugar toda essa complexidade prolífica, dar-lhe coerência. E na Web, onde essa crise da imaginação é mais agudamente sentida, é o *link* que finalmente fornece esse sentido de coerência.

Assim, a interface se mostra como um antídoto contra a proliferação incessante dos *bits*. Ela é como um elemento que ordena o caos, possibilitando uma homologização do universo dos computadores. Podemos observar com isso que o tratamento da informação no universo dos computadores salienta uma ordenação por meio de filtros de informação, de links e das mudanças estruturais do controle para tomar as informações pela força da equivalência de valores.

4 À GUIA DE CONCLUSÃO

Ao longo de nossa reflexão, caracterizamos a sociedade contemporânea como uma sociedade atravessada pelo uso incessante do maquinário informacional e de mecanismos de controle e de tratamento dos elementos discursivos heterogêneos que co-habitam o espaço em que existimos.

A sociedade da informação seria uma sociedade em que a informação não só teria importância social e política como também econômica e subjetiva. Esta grande importância da informação para a ecologia humana nos dias de hoje aponta para a questão relativa ao excesso e à ordenação no universo discursivo. Será justamente por meio desta preocupação que se expandirá o tratamento da informação que se baseia na equivalência dos valores e, por conseqüência, na homogeneização

informacional em nome da ordem, da coerência e do capital.

Vemos que a relação entre a informação e a economia, característica de nossa sociedade, impulsiona um desejo de ordem em relação ao *dilúvio informacional*. Existe uma proliferação incessante de informações e é contra esta que o processo de homologização dos valores se insurge. A informação é essencial para a economia mundial e seu tratamento espelha a força homogeneizadora do capital.

Um dos exemplos mais marcantes da homologização é o tratamento da informação imposto pelo comércio digital que tem transformado estruturalmente a rede de computadores para tentar melhor ajustar o valor da informação ao padrão monetário de suas transações. O comércio demanda uma ordem para sua efetivação e *arquitecturas de controle* são apresentadas à rede como solução do problema.

A homologização dos valores é uma espécie de antídoto contra o *dilúvio informacional*. Ela quer ordem e controle. Ela é uma tentativa de capturar o universo obscuro dos *bits*.

A ordem, a coerência e a homologização são questões intrínsecas ao meio da informação. Poderíamos então acrescentar que o comércio apenas intensifica a questão da ordem, utilizando os elementos característicos do ciberespaço ao seu favor. No entanto, não é só o comércio que se vale da ordem para organizar suas transações no universo digital. A própria estrutura do maquinário computacional ordena e impossibilita que seu usuário se encontre perdido frente ao *dilúvio informacional*. Os filtros da informação, sublinhados ao longo do texto, tanto em suas características transacionais, como o autor para o comércio, quanto estruturais, como a interface, são dispositivos de poder que homologizam, organizam, classificam, as informações seguindo a lógica da homogeneidade de valor.

Poderíamos assim concluir que, na sociedade da informação, a homologização dos valores é uma das vicissitudes mais freqüentes das *arquitecturas de controle* e da informática da repetição que nos atravessa hodiernamente.

THINKING ON THE INFORMATION SOCIETY: reflections on the control and the 'homologisation' in the digital means

ABSTRACT

This work analyzes the relations among information, the digital environment and the movement of values homogenization. The storm to which we are exposed to nowadays leads to control and rule strategies in our society. We observe the equalization of the information to the dynamics of the economy through the uniformity of the informational elements. The informational conversion makes the products from different natures similar, and changes them for better controlling the transactions and the relations in the digital means. Through this study, we conclude, that this movement is part of the proper reply to the informational storm that demands structural and interpretational ordinances.

Keywords

INFORMATION SOCIETY
INFORMATION CONVERSION
ORDINANCE
CONTROL
UNIFORMITY OF VALUES

Artigo recebido em 18.05.2007 e aceito para publicação em 17.09.2007

REFERÊNCIAS

AARSETH, E.J. *Cybertext, perspectives on ergodic literature*. Baltimore, U.S.A: The Johns Hopkins University Press, 1997.

ALMEIDA, L. *O Problema da Autoria: internet, literatura e ontologia*. (Dissertação de mestrado). Rio de Janeiro: UFF, 2002.

BENJAMIN, W. O narrador. In: BENJAMIN, W. *Obras escolhidas I, Magia e técnica*. Tradução S.P. Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1988. p. 197-221.

BLANCHOT, M. *L'Entretien Infini*. France: Gallimard, 1969.

BOYLE, J. *Shamans, Software, & Spleens, Law and the construction of the information society*. London: Harvard University Press, 1996.

- CHARTIER, R. Morte ou transfiguração do leitor? In: CHARTIER, R. *Os Desafios da escrita*. Tradução Fulvia M.L. Moretto. São Paulo: Editora Unesp, 2002. p.101-123.
- DELEUZE, G. Post-scriptum sobre as sociedades de controle. In: DELEUZE, G. *Conversações*. Tradução de Peter Pál Pelbart. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992. p.219-226.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. 20 de Novembro de 1923 - Postulados da Lingüística. In: DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *Mil Platôs, capitalismo e esquizofrenia*. Tradução de Ana Lúcia de Oliveira e Lúcia Cláudia Leão. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995. p. 11-59. V.2.
- HAMESSE, J. O modelo escolástico da leitura. In: CAVALLO, G.; CHARTIER, R. (Orgs.). *História da leitura no mundo ocidental*. Tradução F. M. L. Moretto, G.M. Machado; J.A.M. Soares. São Paulo: Ática, 1998. p. 123-146. V.1.
- JOHNSON, S. *Cultura da Interface, como o computador transforma nossa maneira de criar e comunicar*. Tradução M.L.X.A. Borges. Rio de Janeiro: JZE, 2001.
- LÉVY, P. *Cibercultura*. Tradução Carlos Irineu Costa. São Paulo: Editora 34, 1999.
- LESSIG, L. *Code and other laws of cyberspace*. New York: Basic Books, 1999.
- MANOVICH, L. *The language of new media*. London: The Mit Press Cambridge, 2000.
- MURRAY, J. H. *Hamlet on the holodeck, the future of narrative in cyberspace*. E.U.A: The Free Press, 1997.
- NEGROPONTE, N. *A vida digital*. Tradução S. Tellaroli. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- SANTOS, R.C. *A Cultura Digital*. São Paulo: Publifolha, 2002.